
DESVIO JUVENIL, ANOMIA E PERCEÇÃO DO RISCO¹

Fabio Armando Leuzzi

Doutor em Direito pela Universidade de LECCE (IT).

Resumo: Em análise extremamente oportuna e necessária, uma descrição dos comportamentos adolescentes destrutivos em função do marco etário e do desvio juvenil, da anomia e percepção do risco em uma sociedade de alta complexidade. Impossibilidade de individualização das causas do desvio.

Palavras-Chave: Desvio; adolescência; comportamentos destrutivos; Teoria do Risco; anomia; sociedade de alta complexidade.

*DESVÍO JUVENIL, ANOMIA Y
PERCEPCIÓN DE RIESGO*

Resumen: *En análisis extremadamente oportuna y necesaria, una descripción de los comportamientos adolescentes destructivos en función del marco etario y del desvío juvenil, de la anomia y percepción del riesgo en una sociedad de alta complejidad. Imposibilidad de individualización de las causas del desvío.*

Palabras-Clave: *Desvío; adolescencia; comportamientos destructivos; Teoría del Riesgo; “anomia”; sociedad de alta complejidad.*

¹Tradução Maria Lúcia Karam

A análise de comportamentos do desvio juvenil resulta de efeitos letais dos comportamentos socialmente destrutivos, como pode ser a atração dos jovens por comportamentos temerários, enquanto sinal do desejo de viver sensações fortes e excitantes, manifestando traços de uma personalidade desviante. Este texto se projeta no estudo da análise, na perspectiva do risco, até porque é impossível controlar o efeito do desvio em seus múltiplos aspectos, exatamente em razão de sua complexidade. As velhas concepções teóricas são uma ilusão, pois é impossível individuar as causas do desvio. Se analisarmos os estudos de De Giorgi e de Luhmann, veremos que o conceito de controle se torna vazio diante da incerteza e de alternativas para o futuro. Tentarei definir os conceitos científicos de “desvio”, de “anomia”, de “desvio juvenil” e de risco.

Minha crítica se volta às responsabilidades dos políticos que, de modo nenhum, analisam os vários problemas para definir com precisão as problemáticas reais da coletividade. Tais problemáticas se identificam na falta de estruturas e de pessoal qualificado para superação do mal-estar juvenil. Frequentemente, se usa a expressão “desvio” com o significado de um comportamento que se afasta, de modo mais ou menos pronunciado, dos modelos sociais dominantes e preconstituídos em relação aos quais os jovens revelam intolerância ou rebelião. Este comportamento, que se afasta da norma educativa, tem suas origens e causas ambientais, ou seja, os ambientes variam de família para família e de grupo social, evidenciando, conforme o caso, as patologias desviantes singulares e as singulares patologias sociais, familiares e econômicas. O desvio é, pois, determinado pela dissociação entre modelos culturais prepostos pelo sistema social no qual interage o sujeito e os meios por este previstos para alcançá-los.

“Desvio” é um conceito geralmente usado como se fosse evidente o que indica. Pressupõe-se que desvio seja um conceito unívoco. Neste sentido, acontece com desvio o mesmo que acontece com sociedade: podemos nos referir a “sociedade” com a certeza de que estará claro para todos o que queremos dizer quando usamos tal expressão. Se, no entanto, nos perguntam o que efetivamente queremos indicar quando indicamos alguma coisa como sociedade, logo fica claro que o conceito é profundamente equívoco, a ponto de se fazerem necessários grandiosos complexos teóricos que assumem a tarefa de tornar unívoco o conceito de sociedade, de modo que se saiba do que se está falando quando se fala de sociedade. Não é diferente o que acontece com desvio. Do desvio, como característica de um comportamento, sabemos indicar com clareza em relação a que pode ser representa-

do como desvio. Isto é, podemos indicar a norma, o imperativo, a regularidade, o uso, o costume em relação aos quais um comportamento pode ser desviante, ou seja, pode constituir a frustração das expectativas de quem observa o comportamento em relação a uma referência, ou seja, em relação a um ponto de vista que, por sua vez, expressa, ele mesmo, uma expectativa: a expectativa da conformidade. Mas do comportamento, como comportamento, sabemos muito pouco e exatamente por isso há muito se consolidou na sociedade a técnica da moralização da observação do comportamento. Aquilo que é desviante é caracterizado como negativo e o que é conforme é caracterizado como positivo. Tal técnica pode ser considerada útil tão somente em relação a determinados pontos de vista; por exemplo, do ponto de vista que descreve o comportamento em relação ao direito. Mas, em relação ao costume, por exemplo, o desvio pode ser tratado como inovação e assim adquirir uma avaliação altamente positiva. Em relação à política, a possibilidade do desvio – ou seja, a indisponibilidade do público em manter a mesma atitude conforme, expressada por um consenso estável e voltada sempre para a mesma direção – é uma possibilidade institucionalizada.

Essas considerações deveriam evidenciar não só a ambigüidade do conceito do desvio, mas permitir que se visse ainda que a qualificação de um comportamento como desviante diz muito pouco – talvez nada – sobre este comportamento, dizendo muito – ou talvez apenas – sobre a referência externa a respeito de tal comportamento. Os problemas que acabamos de indicar tornam necessária uma tentativa de clarificação. Tal tentativa se faz ainda mais premente quando se consideram as preocupações cada vez mais difundidas com o dito desvio juvenil. Por desvio juvenil se entende o conjunto de comportamentos não conformes mantidos pelos jovens. Deixando de lado a difícil questão relativa à determinação daquilo que se quer dizer com jovens, resta o fato de que, até mesmo para o senso comum, parece evidente que se o comportamento dos jovens não fosse desviante provavelmente a sociedade não poderia evoluir, ou seja, permaneceria amarrada, vinculada à sua conformidade.

De todo modo, o agir dos jovens é desviante. No entanto, em que sentido é desviante? Um comportamento que viola o direito é, de qualquer modo, um comportamento que viola o direito. Não importa quem o realize. O problema, em outras palavras, é: qual o desvio juvenil que uma sociedade pode tolerar? Qual é o limite de tolerabilidade social do desvio? Quem fixa este limite?

Chamamos a atenção para a equivocidade do conceito de desvio.

Entrando no universo juvenil, como a equivocidade originária abre espaço para uma longa e complexa série de problemas relativos à determinação de um objeto que parecia auto-evidente.

Na observação do desvio juvenil, tentamos pôr à prova a operacionalidade e a força explicativa do conceito de “anomia”. A hipótese que gostaríamos de poder desenvolver brota da reflexão sobre a função da socialização jurídica da infância. Acreditamos que a escassa eficácia dos processos de socialização jurídica produza ou se constitua no pressuposto para a concretização de uma situação de anomia e que esta situação leve a sociedade a se corrigir, isto é, a declarar intoleráveis comportamentos para cuja estruturação ela mesma contribui. Deste modo, a sociedade se testa e sem correr o risco – mas, na realidade, continuamente correndo o risco – de se autodesestabilizar, podendo fazer oscilar o limite de aceitabilidade e, assim, transformar continuamente os critérios de imputação ou atribuição do desvio.

No curso da história, diversos estudiosos elaboraram muitas teorias sobre o conceito de risco. Dentre os de maior envergadura, Niklas Luhmann . O conceito de “risco” se refere à possibilidade de danos futuros em razão das próprias decisões. De fato, as decisões que se tomam no presente condicionam o que acontecerá no futuro, ainda que não se saiba como; tais decisões devem ser tomadas sem que se disponha de um conhecimento suficiente sobre aquilo que acontecerá. Na prática, aquele que toma uma decisão no presente, jamais poderá se proteger com segurança de eventuais danos futuros; estes podem vir a ser uma conseqüência de seu próprio comportamento. O risco, portanto, se caracteriza pelo fato de que, não obstante a possibilidade de conseqüências negativas, de qualquer forma, convém se decidir de um modo ao invés de outro. Todo risco, portanto, conduz à geração de riscos ulteriores: na realidade, não se pode jamais estar a salvo de danos futuros.

Do risco, se fala em diversos setores. Às discussões que já se tornaram normais sobre o cálculo do risco, sobre suas percepção, valoração e aceitação, soma-se, agora, a questão da seleção dos riscos a serem considerados ou ignorados. Assim, a pesquisa específica das diversas disciplinas pode novamente descobrir que não se trata de uma questão de acaso, mas sim que o processo de seleção se regula por fatores sociais que podem ser indicados. Várias formas já foram utilizadas na tentativa de definir o risco; a mais bem sucedida parece ser a que se vale da distinção entre risco e perigo².

². CORSI. G. Sociologia del rischio. Milano: Mondadori, 1996.

A distinção pressupõe que subsista incerteza com referência a danos futuros. Presumem-se então duas possibilidades: a) o eventual dano é visto como consequência da decisão, ou seja, é atribuído a esta: falamos então de risco e, para a precisão de risco, de decisão; b) supõe-se que o eventual dano se deva a fatores externos, sendo, assim, atribuído ao ambiente: falamos então de perigo. A distinção entre risco e perigo se constrói de maneira simétrica. Em ambos os casos, o conceito de risco indica uma tipologia complexa, com a qual se lida normalmente na diferenciação funcional. No caso de risco/segurança, isso é reconhecível nos problemas de mensuração; no caso de risco/perigo, no fato de que somente com o risco entra em jogo o decidir: aos perigos sempre se está exposto. Aqui também, naturalmente, o próprio comportamento é importante, mas apenas no sentido de que conduz alguém a uma situação na qual posteriormente sucede um dano. Um outro caso limite se apresenta quando se escolhe entre alternativas muito similares, por exemplo, quando a escolha deve se operar entre duas empresas ferroviárias e, sucessivamente, o trem descarrila. Também aí é difícil ver uma situação arriscada, pois não nos expomos a um risco em face de certas vantagens, a escolha se limitando a uma dentre duas ou poucas soluções análogas, uma das quais deverá se realizar. Para atribuir o risco à decisão, devem estar satisfeitas condições específicas, dentre as quais o fato das alternativas podem se distinguir de uma maneira reconhecível em relação à possibilidade de danos. Podemos, assim, simplesmente afirmar que não existe nenhum comportamento isento de riscos. Em nossos dias, um caso interessante é trazido pela subdisciplina que se ocupa da percepção do risco.³ Todo dia, cada indivíduo se encontra diante de possibilidades de escolha em relação às quais é obrigado a tomar posição e tomar decisões. Cada decisão implica um componente de risco, na medida em que nenhum de nós jamais tem a certeza total dos resultados que poderão ser obtidos ou das consequências que poderão derivar de certo tipo de escolha. Particularmente na fase da adolescência, o risco representa uma atração forte a ponto de levar alguns jovens a assumir comportamentos danosos para a própria saúde e a própria incolumidade.

Nesse sentido, Pietropolli Charmet⁴ define a tendência ao risco, típica dos adolescentes, como um elemento-fase específico da adolescência.

Os comportamentos de risco podem ser definidos como comporta-

³ MARY, Douglas. *Come percepiamo il pericolo*, Milano: 1992.

⁴ CHARMET, Pietropolli. *Sintesi e riflessioni circa gli interventi degli psicologi nelle scuole superiori di Milano e provincia nell'ambito delle iniziative Educare per prevenire*, sul tema I comportamenti a rischio, Documento, Milano: 1992.

mentos em que o perigo é não apenas um dado objetivo, mas é também, ao menos em parte, dependente de decisões e escolhas subjetivas.

Segundo Irwin, a assunção do risco compreende “*apenas aqueles comportamentos desejados cujos resultados sejam incertos, com a possibilidade de um resultado identificável que seja negativo para a saúde*”⁵.

Duas considerações podem ser extraídas de tal definição: o conceito de risco e a intencionalidade do agir. Estamos na presença de um risco quando, dentre as possíveis conseqüências derivadas de uma determinada ação, se inclui um resultado negativo, além de uma condição de incerteza. Daí que se, por exemplo, estivéssemos diante de duas escolhas possíveis e ambas produzissem um resultado negativo, não se poderia falar de uma escolha arriscada, na medida em que aí não haveria nenhum tipo de dúvida.

Podemos acrescentar um terceiro elemento, que é o significado da perda: o risco pode comportar uma perda de qualquer tipo, mas é fundamentalmente o significado que a pessoa atribui a tal tipo de privação. Eis porque o risco é sempre calculado não só com base na situação objetiva, mas também em relação à pessoa a quem nos referimos.

Existem diversos enfoques sobre o tema do risco. Os fundamentais podem se resumir a dois:

O enfoque biológico: segundo Zuckerman, o que impele as pessoas a buscar atividades ou experiências arriscadas é a necessidade de sensações fortes e diversas entre si e a carga de excitação que geram. Assim, é possível explicar as atitudes das pessoas diante do risco baseando-se na intensidade da presença nelas de um traço da personalidade que ele chama de “*busca de sensações*”. Em conseqüência, na base do comportamento arriscado parece estar um substrato biológico (elementos neurológicos, a presença elevada de hormônios sexuais). Por outro lado, nem todas as atividades de quem gosta do risco têm conseqüências negativas; com efeito, algumas se limitam simplesmente a ver um filme de terror ou a andar na montanha russa. Embora Zuckerman dissesse que a busca do risco e das sensações fortes estaria relacionada a elementos biológicos, ressaltava também a importância dos fatores cognitivos aprendidos, que determinam o modo pelo qual o sujeito codifica e interpreta as situações.

O enfoque evolutivo psicossocial: nesse tipo de enfoque se faz referência a uma teoria especificamente ligada ao conceito de risco na adolescência: a teoria do comportamento temerário. Tal teoria se ocupa daquelas

⁵ IRWIN C. E. Adolescence and risk raking: how are they related?, pp. 7-28. 1993.

ações que claramente comportam um risco e um resultado negativo para a saúde (relações sexuais sem proteção, direção em estado de embriaguez). Segundo Arnett, esse tipo de comportamento é bastante difundido entre os adolescentes, não sendo explicável apenas pelo conceito de desvio.

Dois fatores parecem ser causa da escolha de tais comportamentos: busca de sensações e fatores cognitivos.

O primeiro está ligado à execução de ações perigosas e à idade adolescente, estando na base das mudanças biológicas típicas desta fase da vida.

Os fatores cognitivos, por sua vez, passam por um estágio especial no período da adolescência, à medida em que o raciocínio atinge o estágio da lógica formal, estágio que, segundo Piaget⁶, não é atingível por todos com a mesma velocidade, dependendo da qualidade e da frequência da estimulação intelectual recebida do ambiente e da paralela maturação das atitudes e especializações profissionais.

Arnett ainda retomou a teoria de Elkind⁷ sobre a história pessoal e o egocentrismo da adolescência. A história pessoal pode levar o adolescente a distorcer a percepção do risco (valoração objetivamente difícil até mesmo a cargo de uma pessoa adulta). Segundo Arnett, na realidade, no caso de um comportamento de risco, a probabilidade de que se verifiquem consequências negativas é objetivamente pequena e, assim, dificilmente é tomada em consideração. Se, além disso, intervêm o egocentrismo, a história pessoal e a necessidade de sensações fortes, aquela probabilidade se tornará ainda menor ou até mesmo inexistente.

Estudos da teoria decisional⁸ trazem importante contribuição no que concerne às dificuldades do raciocínio em termos de probabilidades.

Segundo os autores que sustentam tal teoria, os indivíduos cometeriam erros no juízo de probabilidade por causa do uso incorreto de alguns processos de pensamento, pelo que cada um de nós, ao tomar uma decisão ou formular uma opinião, não realizaria processos mentais corretos, recorrendo, com frequência, a atalhos chamados de heurísticos.

Este método permite atingir nosso objetivo, mas impede que realizemos uma avaliação correta do risco inerente a uma determinada decisão. Além disso, conforme a heurística da disponibilidade, cada indivíduo julga a

⁶ PIAGET J. B. Inhelder. The origin of the idea of chance in children. New York: Norton., 1975.

⁷ ELKIND. D. Egocentrism in adolescence, in Child Development. pp. 1025-1034, 1967.

⁸ KAHNEMAN, D; A,P Slovic. Tversky. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

possibilidade de verificação de um evento com base na simplicidade com que traz à memória eventos similares.

Assim, para perceber que poderia acontecer de não chegarmos em casa sãos e salvos, dirigindo em estado de embriaguez, deveríamos ter precedentes de direção perigosa com conseqüências negativas. E não só: se isto não aconteceu, é provável que atue um reforço negativo com a convicção de que tudo andar bem.

Não devemos, no entanto, esquecer o papel fundamental desenvolvido pelo ambiente (família, grupo social, vizinhança, instituições). A este propósito, Arnett falava de socialização restrita e socialização ampla. Na primeira, o adolescente mantém fortes laços com a família e a comunidade, o que faz com que saiba claramente quais as regras e normas de conduta a que deve se ater. Nesse caso, o controle da busca de sensações e risco será maior e levará os jovens a procurar métodos alternativos para satisfazer suas necessidades.

No caso de socialização ampla, ao contrário, os adolescentes são estimulados a assumir atitudes de independência e autonomia, autodeterminando-se inclusive do ponto de vista das normas morais.

Isso leva a um percentual maior de comportamentos arriscados, em prol, no entanto, de uma alta taxa de criatividade, originalidade e expressão de si, características aplacadas no caso de socialização restrita.

Dentre as tarefas evolutivas que um adolescente deve enfrentar está também a de adquirir competências típicas da idade adulta, como a capacidade de tomar decisões, definida como “*processo de efetuar escolhas dentre cursos de ação em competição*”⁹.

Um exemplo de modelo desenvolvido pelo enfoque decisional é a “*teoria da escolha racional*”¹⁰, segundo a qual todo indivíduo age movido pelos próprios desejos e pelas próprias convicções, realizando ações que sejam aptas a satisfazer aqueles desejos e coerentes com aquelas convicções.

O contexto da adolescência se distingue por dois aspectos fundamentais: a consciência de que existem diversas causas de morte que podem diminuir a importância dada a um determinado comportamento e a subestimação das conseqüências distantes.

⁹FURBY, L.; MAROM, Beyth, R. Risk taking in adolescence: A decision – making perspective, in *Developmental Review*, pp. 1-44. 1992.

¹⁰ELSTER, J. *Rational choice*. New York: New York University Press, 1986.

No primeiro caso, os adolescentes se dão conta de não terem um futuro, estão conscientes da fragilidade da própria existência e não dão valor excessivo aos problemas presentes.

No segundo caso, ao contrário, é difícil supor que um adolescente se preocupe em avaliar as possíveis conseqüências deriváveis, por exemplo, de contrair o vírus HIV, em contraste com o prazer imediato que pode derivar de uma relação sexual sem precauções.

Mais além das várias interpretações que podem ser dadas em relação aos comportamentos de risco, para entender porque um jovem realiza ações perigosas, devemos procurar nos colocar na realidade em que ele vive, conhecer quais perdas ele prevê que possa ter ao adotar um comportamento arriscado e compreender como avalia a incerteza derivante da situação em que se encontra. Para isso, é necessário interpretar este comportamento à luz das mudanças cognitivas e psicossociais vividas pelos adolescentes, levando em consideração alguns dos elementos do pensamento adolescente, tais como o egocentrismo e a ilusão de invulnerabilidade. O adolescente é muito concentrado em si mesmo, se sente no centro do mundo como conseqüência direta do forte egocentrismo que experimenta. Esta consciência o convence de estar no centro das atenções dos outros, levando-o a construir um público imaginário que constantemente o observa e o julga. Isso, no entanto, leva o adolescente a se crer invulnerável e a não considerar seus próprios limites, porque vistos como sufocantes e facilmente superáveis. O egocentrismo típico desta fase evolutiva poderia mesmo ser a causa da tendência ao risco, que caracteriza o jovem em comparação com outras faixas de idade. O que leva à redução dessa tendência são as experiências da vida, o início de relações afetivas profundas, a inserção no mundo do trabalho.

Para a seleção de comportamentos que não constituam um risco é, pois, fundamental imaginar o que poderia acontecer em seguida à escolha feita. Se essa habilidade for insuficiente, o adolescente só será capaz de avaliar os aspectos imediatamente evidentes de seu problema e a decisão não será equilibrada de um ponto de vista lógico. Esse é o raciocínio das possibilidades.

Um dos aspectos importantes do risco é a incerteza ligada aos resultados da ação eventualmente realizada. É, pois, necessário saber avaliar as probabilidades ligadas à situação em questão.

Segundo Piaget, durante este período, o raciocínio atinge a modalidade operacional formal cujas características permitem uma série de novas atividades mentais¹¹.

Duas formas de raciocínio se tornam operativas: o das possibilidades e o das probabilidades. Essas duas modalidades de raciocínio, na adolescência, são perturbadas pelo egocentrismo ainda presente. É por isso que, com frequência, as decisões do adolescente não incluem uma valoração adequada do perigo. São avaliados unicamente os aspectos imediatos da situação. Um exemplo: o adolescente “*bebe porque gosta*”; não se preocupa nem com o porquê, nem com as conseqüências de uma eventual e possível embriaguez.

O egocentrismo adolescente leva, assim, o jovem a subestimar as conseqüências negativas de uma escolha arriscada, até porque se sente no centro do mundo, invulnerável, inconsciente ou talvez desatento à realidade concreta.

Pode-se considerar a adolescência como um período de transição do “*continente infantil*” ao “*continente adulto*”, uma fase de “*passagem*” que tem como momento central a puberdade. Pode-se defini-la como um “*segundo nascimento*”, para o qual é necessário abandonar, pouco a pouco, a proteção familiar. Essa necessidade de destaque, de separação dos pais é uma busca de autonomia, de especificidade, de um conjunto de características peculiares que definam o adolescente como indivíduo, como pessoa única. É, pois, uma busca de identidade.

Para preencher o conteúdo dessas suas identidade, o adolescente se reporta ao grupo social que controla e contém as ânsias ligadas às mudanças, atenuando o *stress* do crescimento e separação da família de origem e do ingresso na sociedade dos adultos.

O progresso mais importante no desenvolvimento efetivo da adolescência é a passagem à heterossexualidade, isto é, a passagem do grupo de coetâneos do próprio sexo para o grupo misto, com uma progressiva elaboração da própria masculinidade ou feminilidade.

Existem culturas em que o alcance da maturidade sexual comporta o reconhecimento do *status* social de adulto, através da celebração dos “*ritos de puberdade*”. Esses ritos permitem a passagem de uma posição efêmera e indefinida que caracteriza o sujeito “*antes da iniciação*”, para um papel estável e definido que garante ao jovem o seu “*ser normal*”. Tudo isso

¹¹ Mas as modalidades arriscadas realmente expressam a necessidade de estruturar na experiência a própria pessoa, ou não passam de um meio para sair da anomia social? O desafio contra o trem, contra a velocidade, contra os sinais vermelhos é pelo menos uma metáfora da existência, ou é o único modo disponível para experimentar aquelas fortes emoções que deveriam ser dadas pelo sentido da vida? *Animazione sociale*, n. 2, p. 69, 1998.

fortalece o indivíduo em um momento difícil de sua vida, sancionando e notificando a todos o seu novo *status* social. Os ritos de iniciação parecem celebrar a passagem da pré-genitalidade para a genitalidade, ou seja, da onipotência infantil ao poder gerador, assim sancionando o abandono dos laços com a infância e com a mãe. Com tais ritos, o adolescente toma posição no universo da sexualidade, como mulher ou como homem, em vista do acasalamento.

Nossa sociedade escolheu caminhos diversos, sobretudo pela disponibilidade de bens que permitiu uma notável dilatação da infância e, assim, o prolongamento de um estado de dependência da família.

No curso do processo da adolescência, facilmente aparecem situações de crise. Segundo o modelo teórico psicanalítico, a crise da adolescência é fisiológica para um desenvolvimento adequado da personalidade, é um momento evolutivo que leva a uma reestruturação do aparelho psíquico, isto é, o **Eu** se organiza em torno a novos objetos de amor e a uma nova identidade. A crise da adolescência assume, pois, o significado de uma perturbação temporária dos mecanismos de regulação do próprio equilíbrio, instaurando-se em seguida a um cheque na realização das tarefas evolutivas **psicossociais** e biológicas. Gera-se, assim, um estado de ânsia que é enfrentado por uma estrutura defensiva prevalente. Podem acontecer, então, diversos tipos de crise: crise depressiva, crise narcísica, experiência entorpecente, tendência a agir, doenças psicossomáticas, resíduos de sexualidade infantil, sintomas neuróticos, controle obsessivo.

Quando a “*fisiológica*” desorganização interna relativa à idade se faz acompanhar de uma desorganização do contexto relacional, a busca da identidade e a adolescência se expõem a um risco maior. Constituem elementos de uma situação de risco os estados de marginalização, a ausência de um núcleo primário suficientemente garantidor em relação ao ambiente social externo, a ausência de grupos secundários nos quais se possam experimentar modalidades de evolução pessoal em direção a um estilo de vida adulto, obtendo reconhecimentos sociais.

A adolescência é um momento no qual o jovem deseja “*arriscar*”, cada vez que supera uma experiência arriscada, se sente poderoso, aceito, definido; é uma idade em que correr “*riscos calculados*” significa aceitar-se, fazer-se aceitar e triunfar sobre as ansiedades do conflito da adolescência.

A adolescência é caracterizada, em si mesma, por uma tendência geral a manifestar o sofrimento psíquico através da ação – o chamado **acting**

out –, isto é, a escolha inconsciente de agir, não se podendo expressar o próprio mal-estar de modo mais elaborado e maduro. As mudanças físicas características, que vão de encontro ao adolescente, são, por si, uma fonte de ansiedade que, com frequência, é enfrentada com a ação. Os comportamentos de risco podem ser ainda uma tentativa de pôr à prova as próprias capacidades em matéria de destreza ou de competência psicofísica.

Para Raffaele De Giorgi, os jovens constituem, para alguns sistemas sociais, uma referência problemática, à qual só se pode chegar seletivamente por reduções temáticas¹².

Indiretamente, poderíamos dizer que, com a expressão juventude, descreve-se o conceito de formação individual, o período de ajuste, de formação da personalidade e da construção da identidade pessoal. No que concerne à ação social dos jovens, não existem qualidades ontológicas do agir dos jovens ou do agir dos adultos (com efeito, as formas da auto-representação do agir por parte dos sujeitos não podem se desvincular dos sistemas de expectativas socialmente constituídas e voltadas para os sujeitos do próprio agir).

O paroxismo do conceito de juventude pode ser verificado no âmbito das relações de **inclusão/exclusão**¹³. O papel desenvolvido por uma sociologia da juventude é, de fato, o de observar e descrever esse paroxismo, deixando espaço para a hipótese da estrutura dos processos sociais que definem a “juventude” se identificarem com valores passíveis de objetivação, mas, ao mesmo tempo, delineando uma variável contínua no curso das quais os sistemas sociais predisponham tempos de tolerância para a estabilização do agir conforme.

Para Piaget¹⁴, “a correta avaliação das probabilidades de acontecimento de um evento é realizável desde que atingido o estágio das operações lógico-formais”. Esse é o raciocínio probabilístico.

Nesse tipo de raciocínio, os adolescentes frequentemente incorrem no “erro do jogador”, que leva à consideração das probabilidades de um evento como cumulativas e não independentes, como realmente são.

Para melhor compreender as escolhas de risco, é preciso se referir as outras áreas do desenvolvimento, não se fixando somente na área cognitiva,

¹² DE GIORGI, R. Donato Palazzo. Raccolta di saggi da Generazioni, trimestrale di cultura e società, Tempo sociale e futuro senza immagine, Riflessioni su alcuni problemi di una sociologia della gioventù, Pensa MultiMedia, anno VI, n. 17/18, pp. 53-61.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Cfr. PIAGET, 1972, pp. 1-12.

que forneceria uma explicação redutora, assim se operando a superação do cognitivo.

Surge, então, de forma espontânea, a pergunta sobre que variáveis deveriam ser consideradas para se tentar compreender se um adolescente tem uma predisposição para o risco ou se está empreendendo caminhos perigosos para si e para os outros. É preciso entender e individuar quais os elementos que podem influenciar negativamente o caminho do crescimento na adolescência.

Sob a perspectiva da psicologia da idade evolutiva, o risco é interpretado como “*risco de não crescer*”, redução das probabilidades dos sujeitos adolescentes crescerem como adultos responsáveis e conscientes.

Os fatores de risco são “*os elementos que apontam, favorecem ou antecipam o mal-estar e que, embora não sendo sua causa, contribuem para determiná-lo em um quadro multifatorial*”¹⁵.

Podemos individualizar, assim, para finalizar, diversas áreas de fatores de risco:

- vulnerabilidade individual (déficits cognitivos, *handicaps* físicos, distúrbios da afetividade);
- dificuldades familiares (perdas, conflitos, rejeição, abuso);
- distúrbios nas relações afetivas familiares (incompatibilidades de temperamentos e de personalidades entre a criança e seus pais);
- disfunções dos sistemas de apoio social (filiação a grupos desviantes, dificuldades econômicas e marginalização social).

A co-participação desses fatores pode levar o indivíduo ao cometimento de atos desviantes ou perigosos, com contínuas violações das normas, podendo sinalizar uma desadaptação social ainda mais grave.

Afinal, **risco** não se pode jamais eliminar, apenas conviver.

¹⁵ GIORI, F. *Adolescenza e rischio* Milano: Franco Angeli, 1998.